

- Cada item das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Eventuais espaços identificados pela expressão “Espaço livre” que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto I

1 Na organização do poder político no Estado moderno,
à luz da tradição iluminista, o direito tem por função a
preservação da liberdade humana, de maneira a coibir a
4 desordem do estado de natureza, que, em virtude do risco da
dominação dos mais fracos pelos mais fortes, exige a existência
de um poder institucional. Mas a conquista da liberdade
7 humana também reclama a distribuição do poder em ramos
diversos, com a disposição de meios que assegurem o controle
recíproco entre eles para o advento de um cenário de equilíbrio
e harmonia nas sociedades estatais. A concentração do poder
10 em um só órgão ou pessoa viria sempre em detrimento do
exercício da liberdade. É que, como observou Montesquieu,
13 “todo homem que tem poder tende a abusar dele; ele vai até
onde encontra limites. Para que não se possa abusar do poder,
é preciso que, pela disposição das coisas, o poder limite o
16 poder”.

Até Montesquieu, não eram identificadas com clareza
as esferas de abrangência dos poderes políticos: “só se
19 concebia sua união nas mãos de um só ou, então, sua
separação; ninguém se arriscava a apresentar, sob a forma de
sistema coerente, as consequências de conceitos diversos”.
22 Pensador francês do século XVIII, Montesquieu situa-se entre
o racionalismo cartesiano e o empirismo de origem baconiana,
não abandonando o rigor das certezas matemáticas em suas
25 certezas morais. Porém, refugindo às especulações metafísicas
que, no plano da idealidade, serviram aos filósofos do pacto
social para a explicação dos fundamentos do Estado ou da
28 sociedade civil, ele procurou ingressar no terreno dos fatos.

Fernanda Leão de Almeida. A **garantia institucional do Ministério Público em função da proteção dos direitos humanos**. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2010, p. 18-9. Internet: <www.teses.usp.br> (com adaptações).

Com base nas ideias contidas no texto I, julgue os itens a seguir.

- 1 Montesquieu busca a explicação dos fundamentos do Estado ou da sociedade civil de forma análoga à dos metafísicos.
- 2 No Estado moderno, cabe ao Ministério Público a função da preservação da liberdade humana, de forma a proteger os mais fracos da dominação dos mais fortes.
- 3 A conquista da liberdade humana pressupõe a distribuição do poder em ramos diversos.
- 4 Segundo Montesquieu, aquele que não encontra limites para o exercício do poder que detém tende a agir de forma abusiva.

Julgue os itens subsequentes, relativos às estruturas linguísticas do texto I.

- 5 O emprego do sinal indicativo de crase em “à luz da tradição iluminista” (l.2) é facultativo, ou seja, a sua retirada não prejudicaria a correção gramatical nem o sentido original do texto.
- 6 O pronome “eles” (l.9) faz referência a “ramos diversos” (l. 7 e 8).
- 7 A correção gramatical e a coerência do texto seriam preservadas, caso a vírgula empregada logo após o vocábulo “que” (l.12) fosse eliminada.
- 8 A flexão plural em “eram identificadas” (l.17) decorre da concordância com o sujeito dessa forma verbal: “as esferas de abrangência dos poderes políticos” (l.18).

Texto II

1 A persecução penal se desenvolve em duas fases:
uma fase administrativa, de inquérito policial, e uma fase
jurisdicional, de ação penal. Assim, nada mais é o inquérito
4 policial que um procedimento administrativo destinado a reunir
elementos necessários à apuração da prática de uma infração
penal e de sua autoria. Em outras palavras, o inquérito policial
7 é um procedimento policial que tem por finalidade construir
um lastro probatório mínimo, ensejando justa causa para que
o titular da ação penal possa formar seu convencimento, a
10 *opinio delicti*, e, assim, instaurar a ação penal cabível. Nessa
linha, percebe-se que o destinatário imediato do inquérito
policial é o Ministério Público, nos casos de ação penal
13 pública, e o ofendido, nos casos de ação penal privada.

De acordo com o conceito ora apresentado, para que
o titular da ação penal possa, enfim, ajuizá-la, é necessário
16 que haja justa causa. A justa causa, identificada por parte da
doutrina como uma condição da ação autônoma, consiste na
obrigatoriedade de que existam prova acerca da materialidade
delitiva e, ao menos, indícios de autoria, de modo a existir
19 fundada suspeita acerca da prática de um fato de natureza
penal. Dessa forma, é imprescindível que haja provas acerca da
possível existência de um fato criminoso e indicações razoáveis
do sujeito que tenha sido o autor desse fato.

Evidencia-se, portanto, que é justamente na fase do
25 inquérito policial que serão coletadas as informações e as
provas que irão formar o convencimento do titular da ação
penal, isto é, a *opinio delicti*. É com base nos elementos
28 apurados no inquérito que o promotor de justiça, convencido
da existência de justa causa para a ação penal, oferece a
denúncia, encerrando a fase administrativa da persecução
31 penal.

Hálmna Regina de Lira Rolim. A **possibilidade de investigação do Ministério Público na fase pré-processual penal**. Artigo científico. Rio de Janeiro: Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, 2010, p. 4. Internet: <www.emerj.tjrj.jus.br>. (com adaptações).

Conforme as ideias contidas no texto II,

- 9 a fase do inquérito policial em que são coletadas as informações e as provas que irão formar o convencimento do titular da ação penal é denominada *opinio delecti*.
- 10 a fase jurisdicional da persecução penal tem início após o oferecimento da denúncia pelo promotor de justiça.
- 11 a existência de prova da materialidade delitiva é suficiente para que se considere a existência de indícios de autoria.

Julgue os itens que se seguem, a respeito das estruturas linguísticas do texto II.

- 12 Haveria prejuízo à correção gramatical do texto, se o vocábulo “que” (l.26) fosse substituído por **onde**.
- 13 A correção gramatical e a coerência do texto seriam preservadas, caso as formas verbais “possa formar” (l.9) e “instaurar” (l.10) fossem substituídas, respectivamente, por **forme** e **instaure**.
- 14 O sentido original do texto e a sua correção gramatical seriam mantidos, se o período “Dessa forma, (...) o autor desse fato” (l. de 21 a 23) fosse reescrito do seguinte modo: Assim, é imperioso que exista provas acerca da possível existência de um fato criminoso e indicações sólidas de quem tenha sido o autor desse fato.
- 15 Em “Evidencia-se” (l.24), o pronome “se” pode, facultativa e corretamente, ser tanto posposto — como aí foi empregado — quanto anteposto à forma verbal — **Se evidencia**.

Julgue os seguintes itens de acordo com as prescrições constantes no **Manual de Redação da Presidência da República** acerca das características formais e linguísticas das correspondências oficiais.

- 16 Em um ofício, informações relativas ao remetente, tais como nome do órgão e(ou) do setor a que ele pertence, endereço postal, telefone e endereço de correio eletrônico são obrigatórias e podem ser apresentadas no cabeçalho ou no rodapé do expediente.
- 17 O telegrama é uma forma de comunicação oficial que, por ser dispendiosa e tecnologicamente ultrapassada, foi substituída integralmente por formas de comunicação mais modernas, econômicas e rápidas, como o fax e o correio eletrônico.
- 18 O termo Atenciosamente constitui fecho adequado para um expediente no qual se empregue Vossa Excelência como pronome de tratamento.
- 19 O trecho a seguir é adequado para figurar como o parágrafo inicial de um memorando que encaminhar documento cuja remessa tenha sido solicitada: Encaminho, para conhecimento, cópia do Memorando n.º 12/2015, do Setor de Informática, a respeito do plano de reorganização interna desse setor.
- 20 A mensagem é uma modalidade de comunicação oficial que segue o padrão ofício, devendo ser apresentados, no local da identificação de seu signatário, o nome e o cargo da autoridade que a expede.
- 21 A comunicação mediada por uma exposição de motivos tem como interlocutores um ministro (ou ministros de Estado), no papel de emissor(es) do expediente, e o presidente da República (ou o vice-presidente), no papel de destinatário da comunicação oficial.

Julgue o item a seguir, referente às autarquias federais.

- 22 A criação de autarquia é uma forma de descentralização por meio da qual se transfere determinado serviço público para outra pessoa jurídica integrante do aparelho estatal.

Acerca dos atos administrativos, julgue os itens subsequentes.

- 23 O ato que aplica determinada sanção a um servidor público configura exemplo de ato constitutivo, que se caracteriza por criar, modificar ou extinguir direitos.
- 24 Tanto os atos administrativos constitutivos quanto os negociais e os enunciativos têm o atributo da imperatividade.

A respeito dos cargos e funções públicas, julgue os itens que se seguem.

- 25 A função pública compreende o conjunto de atribuições conferidas aos servidores ocupantes de cargo efetivo, razão por que não é exercida por servidores temporários.
- 26 O ocupante de cargo vitalício só perde o cargo mediante regular processo judicial com sentença transitada em julgado.

Julgue os próximos itens, acerca de inexigibilidade de licitação e do leilão como modalidade licitatória.

- 27 A contratação de serviços técnicos, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, insere-se entre as hipóteses de licitação dispensável.
- 28 Se a administração pública pretender vender bens móveis inservíveis, ela deverá fazê-lo mediante leilão a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação dos bens em questão.

Com relação ao controle da administração e ao poder de polícia administrativa, julgue os itens seguintes.

- 29 O poder de polícia administrativa, que incide sobre as atividades, os bens e os próprios indivíduos, tem caráter eminentemente repressivo.
- 30 Compete ao Poder Judiciário, como mecanismo de controle judicial, sustar, de ofício, os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com relação ao Ministério Público e suas funções.

- 31 Um procurador da República está atuando em determinado processo criminal sobre tráfico ilícito de drogas. Nessa situação, conforme o princípio da indivisibilidade, poderá haver substituição do procurador.
- 32 Em uma operação das Forças Armadas em área urbana, um militar disparou sua arma de fogo e o projétil atingiu e feriu um transeunte civil. No desenrolar das investigações, foi suscitado conflito de atribuição entre um promotor de justiça militar e um procurador da República. Nessa situação, caberá à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal decidir acerca do conflito.

Com relação ao MPU e aos Ministérios Públicos dos entes federados, julgue os próximos itens.

- 33 A nomeação e a posse do procurador-geral de justiça do Distrito Federal e dos territórios e do procurador-geral da justiça militar são de responsabilidade do procurador-geral da República.
- 34 O procurador-geral da República é a maior autoridade na hierarquia do MPU, e sua nomeação, pelo presidente da República, está condicionada à aprovação de seu nome pela maioria simples do Congresso Nacional.
- 35 Cabe ao procurador-geral da República apresentar a proposta de orçamento do MPU, que é feita com base na compatibilização dos anteprojetos originários dos diferentes ramos da instituição, e é objeto de avaliação obrigatória do Conselho de Assessoramento Superior do MPU.

No que diz respeito aos procuradores-gerais de justiça e aos membros do MPU, julgue os itens seguintes.

- 36 Caso o procurador-geral da República cometa homicídio qualificado, ele deverá ser processado e julgado por esse crime perante o Senado Federal.
- 37 Para que um procurador da República que esteja afastado da carreira para exercer outro cargo público possa ser promovido por merecimento, é necessária a aprovação pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal.
- 38 Se o procurador-geral de justiça de determinado estado da Federação cometer conduta incompatível com suas atribuições, ele poderá ser destituído do cargo por deliberação da maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo do referido estado.

Com relação ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), julgue os itens subsequentes.

- 39 Considere que um promotor de justiça estadual responda a processo disciplinar perante a corregedoria de seu órgão e que, durante o curso regular do processo, o CNMP avoque o referido processo. Nessa situação, a avocação do processo por parte do CNMP é indevida por extrapolar suas atribuições estabelecidas no texto constitucional.
- 40 Para compor o CNMP, cabe ao STF indicar um juiz, mas, para a efetivação do indicado como membro do referido conselho, a indicação deverá ser aprovada por maioria absoluta dos membros do Senado Federal.

Considerando as disposições do Decreto n.º 1.171/1994 e as resoluções da Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP), julgue os itens a seguir.

- 41 Em observância aos princípios da publicidade e da transparência, as comissões de ética instituídas pelo Decreto n.º 1.171/1994 deverão, a partir da instauração de procedimento para a apuração de infração ética, dar ampla publicidade aos expedientes adotados em todas as fases processuais.
- 42 Suponha que a CEP, após procedimento regulamentar, tenha apurado a prática de infração grave por determinada autoridade. Nessa hipótese, é possível o encaminhamento de sugestão de exoneração dessa autoridade a autoridade hierarquicamente superior, não podendo a penalidade ser aplicada diretamente pela CEP.
- 43 É vedado ao servidor público, conforme o Decreto n.º 1.171/1994, retirar da repartição pública qualquer documento pertencente ao patrimônio público, salvo se estiver legalmente autorizado a fazê-lo.

- 44 Não atentará contra os deveres fundamentais do servidor público, previstos no Decreto n.º 1.171/1994, o servidor público federal que, mesmo exercendo a sua função com finalidade estranha ao interesse público, atue em conformidade com as formalidades legais e não viole expressamente disposições de lei.

Em cada um dos próximos itens, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base no que dispõe a Lei n.º 8.112/1990.

- 45 Um servidor público federal inativo praticou, quando em atividade, conduta punível com a penalidade de demissão. Nessa situação, ao final do devido procedimento de apuração, se for confirmada a responsabilidade do servidor, deverá ser cassada a sua aposentadoria.
- 46 João, servidor público federal, atuou, junto à repartição pública competente, como intermediário da concessão de determinado benefício previdenciário do qual o seu pai figura como titular. Nessa situação, conforme o disposto na Lei n.º 8.112/1990, João praticou conduta vedada pela norma regente.

Com base nas disposições da Lei n.º 8.429/1992 e nos preceitos de ética, moral e cidadania, julgue os itens seguintes.

- 47 Uma vez que a moral se reveste de conteúdo mais doutrinário e normativo que a ética, é correto afirmar que um dos fundamentos de existência da noção de moral seria a formação de uma base teórica para o estudo da ética.
- 48 Considere que um agente público, contratado para o exercício de função transitória e não remunerada em determinado órgão público, tenha recebido vantagem econômica indevida em razão desse exercício de função. Nesse caso, em virtude da precariedade do vínculo e da ausência de remuneração, é correto afirmar que o agente público não estará sujeito às regras e às penalidades contidas na Lei de Improbidade Administrativa.
- 49 Em razão do caráter meramente exemplificativo do rol de condutas que caracterizam os atos de improbidade administrativa, poderá ser cometido ato de improbidade ainda que a infração praticada pelo agente público não esteja descrita na Lei de Improbidade Administrativa.
- 50 O exercício da cidadania sofre influência das questões éticas e morais que moldam o comportamento individual do cidadão. Isso porque o conjunto das condutas individuais compõe o comportamento de determinado grupo social, do qual são extraídas as demandas que subsidiam a adoção de políticas públicas e a concretização de direitos sociais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens a seguir, relativos a políticas públicas e planejamento governamental.

- 51** Por meio do orçamento-programa é possível expressar, com maior veracidade, a responsabilidade do governo para com a sociedade, visto que o orçamento deve indicar com clareza os objetivos da nação.
- 52** As políticas públicas correspondem à soma das atividades articuladas pelos governos para melhorar a vida dos cidadãos. As decisões e análises sobre políticas públicas implicam responder às seguintes questões: Quem ganha o quê? Por quê? e Que diferença isso faz?

No que diz respeito aos sistemas e processos orçamentários e à evolução do planejamento no Brasil, julgue os itens seguintes.

- 53** Os órgãos setoriais integram o Sistema de Planejamento e Orçamento Federal e atuam verticalmente no processo decisório, integrando os produtos gerados no nível subsetorial, coordenado pelas unidades. Esses órgãos setoriais ficam sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- 54** A atividade financeira do Estado, caracterizada pela presença constante de uma pessoa jurídica de direito público, tem como principal finalidade a arrecadação de recursos.

No que se refere aos planos nacionais, regionais e setoriais, julgue o próximo item.

- 55** De acordo com a Constituição Federal, os planos e os programas nacionais, regionais e setoriais devem ser elaborados em consonância com o plano plurianual (PPA) e apreciados pelo Congresso Nacional. Devido à sua relação com o PPA, os programas nacionais, regionais e setoriais não podem ter duração superior a quatro anos.

Julgue os itens que se seguem, a respeito do plano plurianual (PPA).

- 56** A programação financeira tem o objetivo de ajustar o ritmo de execução do PPA ao fluxo provável de recursos financeiros, de modo a executar os programas de trabalho.
- 57** O PPA possui duração de quatro anos, com vigência até o final do mandato presidencial subsequente, devendo ser encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para a sanção até o encerramento da sessão legislativa.

Com relação à responsabilidade fiscal e a classificações orçamentárias da receita e da despesa pública, julgue os itens subsequentes.

- 58** A discriminação da despesa quanto a sua natureza deve ser feita, na elaboração da lei orçamentária, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.
- 59** Na execução orçamentária, as receitas devem ser contabilizadas nas rubricas correspondentes à sua natureza, desde que estejam previstas em lei orçamentária e que não sejam decorrentes de operações de crédito.
- 60** Em função da autonomia dos poderes, o Poder Executivo não poderá fixar limites de gastos com pessoal do Poder Judiciário.

No que diz respeito à programação financeira e à programação orçamentária, julgue os itens subsequentes.

- 61** As receitas financeiras auferidas com os rendimentos da aplicação de saldos de convênio serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.
- 62** Contratado corresponde a órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer esfera de governo, bem como a entidade privada sem fins lucrativos, com o qual a administração federal pactue a execução de programa, projeto/atividade ou evento mediante a celebração de convênio.
- 63** A programação orçamentária e financeira consiste na compatibilização do fluxo dos pagamentos com o fluxo dos recebimentos, visando o ajuste da despesa fixada às novas projeções de resultados e da arrecadação.

Julgue os itens a seguir, com base em dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

- 64** É facultado aos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes optar por divulgar, semestralmente, o relatório de gestão fiscal. A divulgação do relatório e demonstrativos fiscais deverá ser realizada em até trinta dias após o encerramento do semestre.
- 65** O titular do Poder não pode contrair obrigação de despesa, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, que não possa ser cumprida integralmente nesse período, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito.

A respeito da análise e avaliação econômica e financeira, julgue os itens a seguir.

- 66** A montagem do fluxo de caixa deve levar em conta o rigor das normas internacionais, não se admitindo o registro de fluxos virtuais de caixa; portanto, recomenda-se que, na operação de desconto de duplicatas, seja considerado o recebimento do valor líquido descontado pelo banco como uma entrada classificada entre as atividades operacionais.
- 67** Se, no estudo de viabilidade de determinado projeto, verificar-se que a taxa interna de retorno calculada é menor que o retorno exigido, será correto propor-se como alternativa o parcelamento do investimento inicial necessário sem prejuízo do fluxo de receitas esperado, ou, na impossibilidade do referido parcelamento, concentrar-se o fluxo de receitas, antecipando-se o seu recebimento.
- 68** No processo de tomada de decisões financeiras, devem ser priorizadas a minimização do risco e a maximização do retorno, tendo, por isso, os investidores racionais a expectativa de, simultaneamente, correrem os menores riscos e obterem o maior retorno.

Com relação a séries de valores, valores atual e futuro e contas a receber, julgue os itens seguintes.

- 69** Considere a seguinte situação hipotética.
Determinada empresa que só vende a prazo tem uma média de contas a receber de R\$ 100.000,00 e um quociente de giro anual das vendas de 5. Essa empresa constatou que os concorrentes, cujas operações também são feitas exclusivamente a prazo, têm vendas 80% superiores. Para alcançar essa mesma meta, a referida empresa está disposta a reduzir as exigências para a concessão de crédito.
Nessa situação hipotética, se a empresa mantiver estoques médios de R\$ 150.000,00 em contas a receber, então ela terá de aumentar o prazo médio de recebimento.
- 70** Com a finalidade de constituir-se um fundo para aposentadoria, deve-se adotar o modelo básico de capitalização, caracterizado por pagamentos mensais, de igual valor, durante trinta anos, a partir do momento da assinatura do contrato.
- 71** Caso, na análise da viabilidade de um projeto, se constate que, à medida que se aumenta a taxa de desconto mínima aceitável, diminui o valor presente líquido, a decisão favorável à realização desse projeto só se dará se houver uma diferença positiva entre o valor presente dos fluxos futuros de caixa e o valor presente do investimento.

No que diz respeito ao SIAFI e à nota fiscal de serviços eletrônica, julgue os próximos itens.

- 72** Os dados contidos na nota fiscal de serviços eletrônica, que só pode ser cancelada ou substituída por iniciativa do fisco, são de responsabilidade exclusiva do contribuinte. Nesse documento fiscal, o prestador do serviço tem de ser obrigatoriamente identificado pelo CNPJ e pela inscrição municipal.
- 73** De acordo com as normas referentes ao SIAFI, será liberada mensalmente ao MPU a parcela correspondente ao duodécimo de suas dotações, já deduzido o contingenciamento, em proporção não superior ao aplicado para os demais poderes.

Julgue os itens subsequentes, relativos aos tributos e às suas respectivas competências.

- 74** O valor cobrado por empresa pública concessionária de serviço público de fornecimento de energia elétrica é considerado como preço privado.
- 75** A arrecadação do imposto sobre propriedade territorial rural pertencerá inteiramente ao município quando este optar por fiscalizá-lo e cobrá-lo, hipótese em que o município não poderá abrir mão de sua arrecadação integral, vedado qualquer tipo de renúncia fiscal.
- 76** A União pode elevar a alíquota do IPI sem depender da aprovação do Congresso Nacional, mas essa elevação não poderá ser implementada antes de noventa dias de sua decretação.

Em relação a crédito e obrigações tributárias, fato gerador e domicílio tributário, julgue os itens que se seguem.

- 77** Os lançamentos do IPTU e do IPVA são tipicamente da espécie por homologação, pois o contribuinte pode calculá-los e pagá-los antecipadamente, por iniciativa própria.
- 78** Se uma imobiliária deixar de informar ao fisco os aluguéis pagos aos seus clientes, tal obrigação não desaparecerá e a consequente infração tributária fará surgir a obrigação principal referente à multa.
- 79** O imposto sobre heranças e doações incidente sobre bens móveis é de competência da unidade da Federação onde tais bens forem localizados.

Relativamente às retenções efetuadas pela administração pública federal, ao IRPJ e à CSLL, julgue os itens subsecutivos.

- 80** Caso a dedutibilidade de certa despesa do exercício findo, para efeito da CSLL, só possa ser aproveitada dentro de dois exercícios, o valor correspondente será lançado como CSLL diferida, no ativo realizável em longo prazo.
- 81** O imposto de renda cuja retenção a pessoa jurídica tenha sofrido na fonte sobre as receitas recebidas constitui um crédito a ser lançado em seu ativo, como imposto de renda a compensar.

Com referência a IRRF, contribuição previdenciária (INSS), ICMS e ISS, julgue os seguintes itens.

- 82** Pela regra constitucional geral da não cumulatividade do ICMS, os créditos e débitos do imposto se compensam sucessivamente; entretanto, nos casos de isenção ou não cumulatividade, o beneficiário não transfere crédito para a operação subsequente nem se beneficia de crédito da operação anterior.
- 83** Na prestação de serviços com fornecimento de mercadoria, independentemente de sua inclusão ou não em uma lista de serviços tributáveis pelo ISS, incidem conjuntamente o ISS e o ICMS.
- 84** Estão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte os aluguéis pagos por pessoa física a pessoa jurídica, ao passo que não se sujeitam a essa incidência os rendimentos do trabalho assalariado pagos por pessoa física a outra pessoa física.
- 85** As contribuições sociais sobre a folha de pagamentos das empresas se converteram, a partir da Emenda Constitucional n.º 20/1998, em contribuições destinadas exclusivamente ao custeio dos benefícios do regime geral da previdência social, não incidindo sobre essa receita a desvinculação de receitas da União.

De acordo com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, julgue os itens a seguir, relativos às demonstrações contábeis.

- 86** Para disponibilizar informações relevantes, comparáveis e compreensíveis, a entidade deve apresentar separadamente rubricas de receitas oriundas de itens extraordinários na demonstração do resultado.
- 87** As receitas de venda de mercadorias, produtos e serviços de uma indústria devem incluir, na demonstração do valor adicionado, os valores dos tributos incidentes sobre as referidas receitas.
- 88** A demonstração das mutações do patrimônio líquido inclui o resultado abrangente do período, apresentando, separadamente, o montante total atribuível aos proprietários da entidade controladora e, se houver, o montante correspondente à participação de não controladores.
- 89** O efeito das mudanças nas taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa, mantidos em moeda estrangeira, deve ser classificado, na demonstração dos fluxos de caixa, como fluxos de caixa das atividades operacionais.
- 90** As notas explicativas que contêm informações sobre a base para a elaboração das demonstrações contábeis e as políticas contábeis específicas podem ser apresentadas como seção separada das demonstrações contábeis.
- 91** Para avaliar a conformidade da apresentação das contas de forma separada no balanço patrimonial, a entidade deve utilizar os seguintes critérios: a natureza e a liquidez dos ativos; a função dos seus ativos; e os montantes, a natureza e o prazo dos passivos.

Considerando as disposições aplicáveis ao patrimônio líquido de companhias abertas, julgue os itens subsequentes.

- 92** Um dos requisitos para a criação de reservas estatutárias é o estabelecimento de um limite máximo de valor.
- 93** O capital social integralizado pelos sócios deve ser discriminado, em uma única conta, pelo seu montante, sem qualquer dedução.
- 94** As reservas para contingências são constituídas com a finalidade de compensar, em exercício futuro, diminuições do lucro decorrentes de perdas consideradas, pelas companhias, como de ocorrência remota.
- 95** A reserva legal objetiva assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital.
- 96** A reserva de lucros a realizar pode ser utilizada para o pagamento do dividendo obrigatório ou para aumentar o capital social, desde que seja autorizado pelas assembleias das companhias.
- 97** As reservas de capital podem ser utilizadas para a compra de ações de empresas coligadas e controladas.

Julgue os itens que se seguem, relativos à contabilização dos itens do ativo e do passivo.

- 98** Os custos de serviços diários não devem ser reconhecidos no valor contábil da propriedade mantida para investimento.
- 99** O ativo intangível gerado internamente não deve ser reconhecido nas demonstrações contábeis.
- 100** O arrendamento mercantil operacional deve ser reconhecido pelo arrendatário em contas específicas do ativo e do passivo no seu balanço por quantias iguais ao valor justo da propriedade arrendada.
- 101** O valor de custo do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e à sua localização atuais.

Considerando que uma empresa apresente índices de liquidez imediata, de liquidez corrente, de liquidez seca e de liquidez geral iguais a 0,70; 1,80; 0,70 e 1,80, respectivamente, e que todos os ativos estejam classificados no ativo circulante, julgue os itens seguintes.

- 102** O saldo do passivo não circulante será inferior ao saldo do passivo circulante.
- 103** O saldo dos estoques será superior ao saldo do passivo não circulante.
- 104** O saldo do passivo exigível será igual ao saldo das disponibilidades.
- 105** O saldo dos estoques será inferior ao saldo das disponibilidades.

No que se refere a definição, objetivos e componentes do controle interno, julgue os itens a seguir.

- 106** A salvaguarda dos ativos da entidade para evitar perdas ou uso prejudicial dos recursos é um objetivo da atuação do controle interno, sendo o componente relacionado ao ambiente de controle primordial na definição dos riscos para evitar ocorrências indesejáveis.
- 107** O sistema de controle interno de uma organização empresarial é uma combinação de políticas e procedimentos operacionais mantidos para a proteção dos ativos da entidade, devendo esse sistema ser estabelecido pelos proprietários, controladores ou administradores.
- 108** De acordo com as diretrizes de controle interno definidas pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organization*), constituem componentes inter-relacionados não somente o ambiente de controle, a avaliação de riscos, informação e comunicação, mas também o monitoramento.
- 109** O objetivo do aperfeiçoamento do sistema de controles internos das entidades é eliminar de vez os riscos operacionais.

Em relação ao ambiente de controle e à avaliação de riscos na organização, julgue os próximos itens.

- 110 Um efetivo ambiente de controle é influenciado por fatores intangíveis, entre os quais se destacam os valores éticos das pessoas nele inseridas.
- 111 A alta administração, que exerce a função de governança da entidade, é responsável pela definição de um adequado ambiente de controle, que independe da atuação da auditoria interna ou externa.
- 112 Independentemente da existência de uma área específica de gestão de riscos, a auditoria interna é organizada com a função de assegurar o cumprimento dos objetivos do negócio e o gerenciamento de riscos.
- 113 Embora o ambiente de controle da organização seja formado por pessoas cujas experiências e habilidades técnicas recebem influência do próprio ambiente de trabalho, a cultura organizacional não pode influenciar os padrões de controles internos definidos.

Acerca de atividades de controle e avaliação de riscos, julgue os seguintes itens.

- 114 Uma adequada avaliação de riscos pressupõe estudo dos acontecimentos já vivenciados pela organização para a correta definição de seus objetivos, uma vez que a ocorrência de eventos futuros incertos não é administrável.
- 115 Na atividade de controle, lidar com o risco é tratar de algo intangível, porém passível de ser quantificado.
- 116 Verificação, análise técnica, segregação e rodízio de funções são princípios primários que regem o sistema de controle interno.
- 117 Resultante da atividade corretiva de agentes sobre um processo de licitação pública, uma atividade de controle pode ser realizada por meio de análise técnica que produza um relatório, um parecer ou um laudo.

No que concerne a informação e comunicação e a monitoramento nos sistemas de controle interno, julgue os itens subsecutivos.

- 118 A atuação de gerentes e auditores internos e externos, bem como a realização de seminários fazem parte das atividades de monitoramento contínuo das operações objeto dos sistemas de controle interno.
- 119 Os sistemas de informação e comunicação internos de uma organização precisam ser pré-estabelecidos e formais, sendo inadmissíveis as informalidades na identificação de riscos.
- 120 Se os elementos do gerenciamento de riscos corporativos não estiverem inteiramente documentados, eles não poderão ser testados, nem executados de forma eficaz, o que impossibilitará a avaliação dos riscos envolvidos.

Espaço livre